



**DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

**DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO**

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA**

**ATA NÚMERO VINTE E QUATRO DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL**

-----Aos três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, reuniram na Sala de Reuniões (1D04) da Escola Básica e Secundária de Anadia, sob a presidência do docente Artur Manuel Semedo Rodrigues de Melo, os elementos do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Anadia.-----

-----Antes do início da ordem de trabalhos o Presidente informou todos os elementos dos procedimentos que são norma naquele órgão, nomeadamente a gravação das reuniões como suporte para a elaboração das atas, a qual, após a ata aprovada, seria destruída. Informou que aquele procedimento tinha sido aprovado em reunião de Conselho Geral anterior e seria discutido na próxima reunião deste órgão. Sugeriu em seguida que cada um dos presentes se apresentasse para todos saberem quem era cada um e quem representava naquele órgão. -----

----- O Presidente do Conselho Geral apresentou as boas vindas com a leitura do seguinte texto:-----

“Caros membros do Conselho Geral, Caro Diretor, -----

Neste momento de passagem de testemunho, permitam-me dirigir uma palavra de boas vindas aos que se propuseram assumir a responsabilidade de integrar um órgão que, pela sua natureza, assume uma importância central na Comunidade onde estamos inseridos. -----

A missão para a qual iremos conjugar esforços é o desejo comum de enveredar para uma escola que constitua um espaço de aprendizagem para todos, aberta às diferenças, sensível à diversidade cultural e disposta a rasgar novos horizontes. -----

Consciente de que o trabalho até agora desenvolvido se pautou pela transparência, pela responsabilidade, pelo empenho, pela diversidade de opiniões e porque sei que esta é a postura correta nos desígnios que advêm das nossas competências, será sensato manter este rumo. Devemos trabalhar numa perspectiva alargada do conceito de educação esquecendo pequenas

questões individuais ou facciosas, norteados por objetivos que se constituam como uma mais-valia em prol da Comunidade. Nem sempre esta tarefa se revela pacífica, mas é muitas vezes a partir de opiniões discordantes que se atingem resultados de exceção, se promovem avanços de destaque e se potencia o papel relevante deste órgão. -----

Temos a certeza que este renovado Conselho Geral está animado destes propósitos, porque aquilo que nos impulsiona não se compadece com querelas inconsequentes nem com preconceitos que normalmente apenas revelam alguma falta de flexibilidade e de prática democrática. -----

Cada um de nós deve assumir-se como motor da mudança que quer ver no mundo que nos rodeia, e, por isso, assumimos que a meta maior que nos motiva é a ‘promoção dos valores fundamentais de uma escola humanista, cujo escopo se alcança na formação e congregação de vontades para uma escola dinâmica, comprometida, geradora de uma cidadania ativa’. ----

A dimensão do Agrupamento, a diversidade de níveis de ensino, as expetativas das crianças e jovens reclamam o uso pleno das capacidades de cada um, nas quais acreditamos, assim como nas sinergias que podemos criar através de um trabalho íntegro e efetivo. Na verdade “os planos constituem apenas boas intenções, a não ser que evoluam rapidamente para um trabalho duro” (Peter Drucker). -----

Agora que este Conselho está quase totalmente constituído, vamos encetar as tarefas que são nossas, que não podemos delegar e que irão orientar de forma estratégica o futuro próximo da vida do Agrupamento de Escolas de Anadia. Sejam céleres e assertivos. As nossas crianças e jovens assim o exigem.” -----

-----O Presidente passou depois a ler a convocatória, com a ordem de trabalhos para a reunião, a qual constava de três pontos, os quais vão abaixo discriminados.-----

-----Ponto um - Eleição do Presidente do Conselho Geral.-----

-----Ponto dois - Proposta das entidades da comunidade local a cooptar.-----

-----Ponto três - Outros assuntos.-----

-----Passou-se então ao ponto um tendo o professor Artur Melo informado os presentes da legislação que regulamentava a eleição do Presidente do Conselho Geral, vertida no Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado no Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, especificamente no seu artigo 13º, que passou a ler para os presentes. Informou então que numa eventualidade de alguns dos presentes pensarem que a recondução de um Presidente seria uma boa ideia, no seu caso por motivos familiares e de saúde, não estava disponível para avançar para um novo mandato. Pediu e informou pois que não seria uma boa solução para isso. Procedeu-se seguidamente à eleição, através de voto secreto, tendo-se apurados os seguintes

resultados:-----

----- Patrícia Flores - 11 votos.-----

----- Pedro Vale - 2 votos.-----

----- Alexandrina Leitão - 1 voto.-----

----- Carlos Couto- 1 voto.-----

----- Pedro Silva- 1 voto.-----

----- Resultou da votação a eleição da conselheira Patrícia Flores para Presidente do Conselho Geral. A recém eleita afirmou que era das pessoas que pensava na continuidade do ex-Presidente pelo seu trabalho elevado e por todas as razões evidenciadas, mas que não era suposto uma pessoa recusar, afirmando não possuir a presunção de que iria fazer tão bem quanto o professor Artur ou o professor Aníbal, mas que o faria com empenho, lembrando que era um grupo de trabalho e que faria pouca diferença relativamente ao que fazia como conselheira. Terminou afirmando que esperava que tudo corresse bem.-----

-----Antes da passagem ao ponto dois da Ordem de Trabalho do Diretor pediu para ler um texto que tinha preparado para aquela ocasião, que se segue:-----

“Saúdo todos os membros do Conselho Geral que hoje tomam posse, desejando os maiores sucessos no exercício deste cargo. -----

Ao (À) Presidente do Conselho Geral, reconhecendo a tarefa exigente que assume, expressamos todo o nosso apoio e convicção sabendo que a mesma será bem-sucedida. ----

O sucesso depende do desempenho de todos e para isso abraçamos um mesmo desafio, a concretização de um Projeto Educativo, que deve ser pautado por um trabalho cooperativo, rigoroso e ambicioso. -----

A formação integral de cidadãos é o nosso Projeto. Promover uma cidadania responsável e do respeito, potenciando as capacidades de cada um, focada no sucesso escolar e profissional de todos. -----

Neste novo projeto, queremos atribuir-lhe um cunho identitário de uma gestão reformista, que privilegie a comunicação, a liderança e a inovação, de ações assertivas e de corresponsabilização dos seus intervenientes. -----

Sabemos que esta ambição só pode ser concretizada numa ação concertada que envolva todos os órgãos do Agrupamento. -----

Queremos assumir o compromisso de trabalhar para o cumprimento pleno dos objetivos a que nos propomos, projeto esse que necessita da Vossa colaboração para que seja um Projeto com o qual todos nós nos identifiquemos. -----

Pretendemos, assim, estabelecer com este Conselho relações sólidas e dinâmicas na definição das nossas linhas orientadoras em matéria educativa. -----

Com trabalho e o contributo de todos, esperamos conseguir atingir os objetivos propostos. Citando Goethe, “Em toda a parte só se aprende com quem se gosta”. -----

Contamos convosco. Contem connosco!” -----

----- Passou-se ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, sob a presidência do professor Artur Melo, com a concordância da presidente recém eleita e dos demais conselheiros. Lembrou que o Decreto-Lei nº 75/2008 estabelecia a participação de entidades “representantes da comunidade local, designadamente de instituições, organizações e atividades de carácter económico, social, cultural e científico”, cabendo ao Conselho Geral escolher quais as três entidades a convidar, esclarecendo que todo o processo estava estabelecido no artigo 9º do “Regimento do Conselho Geral”. A conselheira Fernanda Pereira considerou que a continuidade da CPCJ era fundamental, tendo Pedro Silva mencionado o IEFP pela possibilidade de colaboração com os Cursos Profissionais e o Centro de Saúde de Anadia, pelas acções de “primeiros socorros” e a presença de enfermeiros na escola. O professor Carlos Gata apontou a AHBVA, mas a conselheira Ana Paula Gama considerou que não tinham sido uma mais-valia tendo apontado como alternativa também para o IEFP e a Escola Segura, por esta estar muito ligada aos alunos. O professor Artur Melo disse que na sua perspetiva a cooptação destas entidades não devia ser vista na ótica de prestação de um serviço mas nas mais-valias que podiam aportar aos trabalhos daquele órgão, em informações, em opiniões válidas, não em contributos pontuais. O professor Pedro Vale concordou com a indicação do IEFP, a AHBVA e do Centro de Saúde, pela ligação ao PES, projeto desenvolvido na escola. A conselheira Paula Gama disse que para si a AHBVA não as tinham trazido e que a ACIB quase nunca tinha estado presente nas reuniões, ficando a dúvida se isso se devia à pessoa que a representava, tendo sido dito que o mesmo se passara com duas pessoas diferentes. O professor Artur Melo disse que relativamente ao IEFP já há quatro anos tinha havido contatos e que por motivos legais/burocráticos aquele organismo acabou por não ter aceite o convite. Para o professor Paulo Flores o importante era que houvesse representação das áreas da saúde, segurança e emprego. O Diretor referiu que se devia ver a situação por três vertentes: protecção às crianças - CPCJ ou Escola Segura, a questão do “mundo do trabalho” com as parcerias com empresas comerciais ou industriais, podendo aqui pensar-se na ACIB ou no IEFP e na vertente da saúde, começando logo pela questão da alimentação saudável nas escolas. O

professor Artur Melo disse que com aquelas propostas se devia avançar para uma lista base de três entidades: IEFP, Centro de Saúde e alguém da segurança tendo sugerido a Escola Segura, tendo a representante dos Pais/EE Ana Paula Gama proposto a GNR, a docente Alexandrina Leitão a CPCJ por achar que era a mais abrangente, tendo o professor Pedro Vale concordado. Após as intervenções atrás expressas, o professor Artur Melo avançou com a seguinte proposta: enviar convites para três entidades, a saber, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Centro de Saúde e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. A presidente do Conselho Geral acrescentou que em caso de recusa de alguma das entidades devia ficar em aberto uma segunda opção: a ACIB como alternativa ao IEFP, a AHBVA como alternativa ao Centro de Saúde e a Escola Segura como alternativa à CPCJ. A proposta foi aprovada por unanimidade. O professor Artur Melo informou que quem iria estabelecer os contactos com as entidades seria a Presidente do Conselho Geral, e que os prazos a que havia que obedecer estavam definidos na legislação.-----

----- Passando ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o professor Artur Melo informou que de acordo com artigo 17º do Regimento do Conselho Geral, havia um prazo de trinta dias para rever ou elaborar novo regimento e que iria enviar o documento ainda em vigor para todos os membros, para que todos pudessem analisar e eventualmente propor as alterações que entendessem no próximo Conselho Geral. Sobre a realização das reuniões foi obtida a concordância de todos os elementos de que se realizarão sempre à quarta-feira pelas dezoito horas, com a duração máxima de duas horas e tolerância máxima de meia hora.-----

----- O professor Carlos Couto interveio para referir o recente processo eleitoral, afirmando que gostaria de ver refletida na ata da reunião a opinião dele e da professora Alexandrina Leitão sobre a divulgação do processo eleitoral: considerou que devia ter sido facilitado o processo de voto com a colocação de uma urna na Escola Básica nº 2 de Vilarinho do Bairro para o pessoal docente e não docente da mesma, e ainda para os polos e escolas próximas da mesma. Afirmou que assim o processo teria sido mais democrático e que era uma sugestão para o futuro. O professor Artur Melo explicou que a forma de divulgação tinha sido discutida e decidida em reunião de Conselho Geral com base em vários parâmetros condicionantes. Em relação à distribuição das mesas de voto, a proposta apresentada e aprovada por unanimidade, como consta em ata, foi analisada por todos os conselheiros tendo sido ponderados os prós e contras envolvidos. Sobre a divulgação do processo eleitoral o professor Carlos Couto disse que o achou pobre, pois recebia emails por inúmeras coisas e não tinha sido enviado nada sobre o processo eleitoral,

referindo a educadora Fernanda Pereira que o mesmo estava na página do Agrupamento, enquanto o professor Artur Melo salientou que o mesmo fora divulgado em todos os estabelecimentos do Agrupamento. O Diretor referiu que nem todos os elementos dos cadernos eleitorais tinham conta email, referindo o caso dos assistentes operacionais, por isso não fora enviado. O professor Pedro Vale acrescentou que toda a documentação, incluindo o cronograma, fora enviada para todas as escolas para tomada de conhecimento. O professor Paulo Flores referiu em particular as escolas do primeiro ciclo, e no seu caso de integrante de uma lista, em que foi assegurado o conhecimento aos assistentes operacionais apesar de que daqui a quatro anos em termos de divulgação se poderia fazer mais e melhor. O professor Pedro Vale pediu para intervir para dizer que todos os processos podiam ser aperfeiçoados, não eram perfeitos, mas que aquele estivera lá quase e que, considerando uma participação de setenta por cento, falar em défice democrático era demasiado, no que a professora Alexandrina Leitão discordou. O elemento do pessoal não docente Pedro Batista disse que tinha feito campanha junto das escolas, polos escolares e jardins-de-infância e que em cerca de setenta e cinco por cento delas constatou que os assistentes operacionais não sabiam porque a informação não lhes tinha chegado e que isso teria que ser uma questão a melhorar no futuro. Disse ainda que seria fundamental votar, ou por indicação da Presidente recém-eleita, a escolha de um secretário e de um segundo secretário para fazer as atas daquelas reuniões pois recolhera a opinião de que existiria um desconforto dos assistentes técnicos, tendo nomeado o nome do presente naquela sala, pois quem atualmente elaborava a ata das reuniões não tem direito a opinião nelas, para além do prejuízo que tinham na audição da gravação e elaboração da ata, quer em casa ou no local de trabalho, apesar do dia com que eram compensados. O Professor Artur Melo disse que era uma decisão que teria que ser analisada e eventualmente poderia ficar regista no Regimento na próxima reunião do Conselho Geral.-----

----- Foi ainda proposto que o método de gravação das reuniões para elaboração das atas fosse mantido, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

-----No fim da reunião foi acordado que a próxima reunião fosse realizada no dia 9 de março de 2016, com os seguintes pontos para a Ordem de Trabalhos:-----

-----Ponto um -Cooptação dos representantes da comunidade local.-----

-----Ponto dois - Aprovação do Regimento Interno.-----

-----Ponto três - Ponto da situação do processo de autoavaliação.-----

----- Ponto quatro - Aprovação de novas alterações ao Regulamento Interno.-----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata -----

A Presidente do Conselho Geral

( \_\_\_\_\_ )

Patrícia Miguel Alves Flores

O Secretário.

( \_\_\_\_\_ )

Paulo Lapa